

EMPREGOS

Indústria cria mais de 910 mil vagas em 4 anos

A indústria brasileira criou 910,9 mil vagas de emprego no acumulado de 2019 a 2023. Esse dado representa crescimento de 12% no número de postos de trabalho e fez o setor alcançar o total de 8,5 milhões de pessoas ocupadas em 376,7 mil empresas. A constatação faz par-

te da Pesquisa Industrial Anual, divulgada ontem IBGE. Os novos dados apontam curva de quatro anos seguidos com aumento de trabalhadores e o maior número de empregados desde 2015, quando a indústria ocupava 8,1 milhões de pessoas. No entanto, o nível de emprego no

setor em 2023 apresentou recuo de 3,1% ante 2014, isto é, menos 272,8 mil pessoas ocupadas em dez anos. As informações consolidadas de 2023 foram passadas pelas companhias no ano seguinte, de forma que os pesquisadores concluíram o estudo apenas em 2025. [PÁGINA 2](#)

TRAMA GOLPISTA

Moraes manda Polícia Federal ouvir advogados

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal ouça os advogados Paulo Amador da Cunha Bueno, que defende o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na ação da trama golpista, e Fábio Wajngarten, que assessorou o ex-presidente, para que esclareçam se tentar entrar em contato com o tenente-coronel Mauro Cid durante seu processo de delação. Os depoimentos devem ocorrer em até cinco dias. Eles serão ouvidos no inquérito aberto para investigar se outro advogado, o criminalista Eduardo Kuntz, que representa o coronel Marcelo Câmara, tentou obter indevidamente dados da delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Eduardo Kuntz entregou ao STF mensagens que afirma ter trocado com Mauro Cid por meio de um perfil no Instagram em nome de "Gabriela" (@gabrielar702). Com base nos diálogos, o advogado pediu a anulação do acordo de colaboração do tenente-coronel. [PÁGINA 5](#)

COMBUSTÍVEL

Governo eleva etanol na gasolina para 30%

[PÁGINA 2](#)

SÃO PAULO

Contas de Tarcísio são aprovadas com ressalvas

[PÁGINA 4](#)

AUMENTO DO IOF

Motta e Alcolumbre articulam derrota de Lula no Congresso

RICARDO STUCKERT/ABRASIL



Cerca de 2h após ter sido derrubado em votação na Câmara, o decreto do governo federal que aumentava alíquotas do IOF também foi rejeitado em votação simbólica no plenário do Senado, que aprovou um projeto de decreto legislativo (PDL) revogatório da medida até então em vigor. As duas votações representam uma derrota política para o governo, que agora precisará definir outras formas de arrecadar ou economizar R\$ 20,5

bilhões para cumprir a meta fiscal do orçamento de 2025. Isso porque o governo já bloqueou ou contingenciou outros R\$ 31,3 bilhões em despesas deste ano. A votação foi conduzida pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que pautou o decreto logo após a decisão dos deputados. A decisão de pautar a derrubada do decreto do IOF foi anunciada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta. [PÁGINA 3](#)

REDES SOCIAIS

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



STF suspende julgamento da responsabilização das big techs por postagens

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o julgamento sobre a responsabilidade civil das plataformas que operam as redes sociais pelas postagens ilegais feitas por seus usuários. O julgamento foi suspenso para que os ministros possam discutir a tese final com os detalhes da decisão. A tese é necessária para estabelecer as regras que as plataformas deverão seguir para retirar postagens com conteúdo antidemocrático, mensagens com discurso de ódio e ofensas pessoais, entre outras. Segundo o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso (**foto**), os ministros vão discutir internamente o texto final da tese. Se houver acordo, o resultado do julgamento será proclamado hoje. [PÁGINA 5](#)

INDICADORES

IBOVESPA -1,02% / 135.767,29 / -1.397,32 / Volume: 19.380.232.664 / Negócios: 3.227.527											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Bolsas no mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
AMBEV S/A ON	13,15	-2,66	-0,36	GUATEMI S.APN N1	10,680	+12,42	+1,180	RDVC CITY ON NM	19,180	-12,78	-2,810
RAIZEN PN N2	1,670	+1,83	+0,030	CEMEPE PN	4,26	+11,81	+0,45	BIOMA EDUC ON MA	3,82	-9,91	-0,42
BRADESCO PN N1	16,40	-0,85	-0,14	MRS LOGISTICA	28,80	+9,51	+2,50	GENERALSHOPPON	4,44	-9,39	-0,46
USIMINAS PNA N1	4,02	-4,29	-0,18	MINUPAR ON	25,57	+7,53	+1,79	SEQUIOIA LOG ON NM	0,980	-8,41	-0,090
ITAUSA PN EJ N1	10,74	-1,38	-0,15	ONCOCLINICANOM NM	5,000	+7,53	+0,350	BANESE ON	29,67	-7,74	-2,49
									Dow Jones	42.982,43	-0,25
									S&P 500	6.092,16	+0,00
									NASDAQ Composite	19.973,551	+0,31
									Nasdaq 100	22.237,742	+0,21
									Euronext 100	1.557,56	-0,70
									CAC 40	7.558,16	-0,76
										Salário mínimo	R\$ 1.412,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,5373
										Taxa Selic	15%
										(18/06)	
										TR	
										(26/06)	0,1736%
										Poupança	
										(26/06)	0,6745%
										IGP-M	-0,49% (mai.)
										IPCA	0,26% (mai.)
										CDI	14,90%
										(18/06)	
										OURO	
										BM&F/grama/RJ	R\$ 597,58
										EURO Comercial	
										Compra: 6,4740	Venda: 6,4746
										EURO turismo	
										Compra: 6,5602	Venda: 6,7402
										DÓLAR Ptax - BC	
										Compra: 5,5427	+0,89%
										DÓLAR comercial	
										Compra: 5,5530	Venda: 5,5536
										DÓLAR turismo	
										Compra: 5,5856	Venda: 5,7656

MERCADOS

Com foco no fiscal, Bolsa recua 1,02%, aos 135,7 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Entre fatores domésticos e externos, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a oscilar em sentido negativo ontem, após a modesta recuperação de 0,45% observada na terça-feira, quando havia interrompido uma série de quatro perdas diárias. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou entre 135.564,69 e 137.162,54 pontos, na máxima que correspondeu ao nível de abertura. Ao fim, mostrava perda de 1,02%, aos 135.767,29 pontos, com giro a R\$ 19,1 bilhões e no menor nível de fechamento desde 9 de junho. Na semana, o Ibovespa recua 0,98%, com perda no mês a 0,92% - no ano, ainda sobe 12,87%.

Em Nova York, os principais índices fecharam o dia com variações entre -0,25% (Dow Jones) e +0,31% (Nasdaq).

Na Bolsa, Petrobras não conseguiu sustentar os leves ganhos observados mais cedo na sessão, favorecidos então pelo dia moderadamente positivo para o Brent e o WTI, que vêm de forte correção e nesta quarta registraram alguma recuperação, ainda que bastante moderada em direção aos fechamentos de Londres e Nova York, respectivamente. A ON da estatal fechou em baixa de 0,59% e a PN, de 0,51% - esta na mínima do dia, a R\$ 31,21. A sessão também

foi negativa para Vale ON (-0,12%), a principal ação da carteira Ibovespa.

Na Bovespa, entre os grandes bancos, as perdas ontem chegaram a 1,8%, no fechamento, para Itaú PN, a principal ação do segmento. Na ponta negativa do Ibovespa, Hapvida (-5,52%), CSN (-4,98%) e Brava (-4,76%). No lado oposto, Vamos (+3,48%), RD Saúde (+3,26%), Raízen (+1,83%) e Minerva (+1,48%).

DÓLAR

O aumento da percepção de risco fiscal, diante de atritos entre o governo Lula e o Congresso, e eventuais fluxos de saída típicos de fim de semestre jogaram o dólar para cima na sessão de ontem. Lá fora, a moeda norte-americana perdeu força na esteira da perspectiva de enfraquecimento da economia dos EUA, com o euro atingindo o maior nível desde outubro de 2021.

Afora uma baixa pontual e bem limitada no início dos negócios, o dólar à vista operou em terreno positivo no restante da sessão. Com máxima a R\$ 5,5733, a moeda americana fechou em alta de 0,66%, a R\$ 5,5551 - maior valor de fechamento desde o último dia 10 (R\$ 5,5704). As perdas no mês, que chegaram a superar 3,5%, agora são de 2,87%. No ano, o dólar recua 10,11% em relação ao real, que apresenta o melhor desempenho entre as divisas latino-americanas.

COMBUSTÍVEL

Governo anuncia aumento do etanol na gasolina para 30%



ABRASIL

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou, ontem, o aumento da mistura obrigatória de etanol na gasolina, que passará de 27% para 30%. Foi autorizado também a elevação do valor no biodiesel no diesel, dos atuais 14% para 15%.

Os novos percentuais entram em vigor a partir de 1º de agosto. A reunião do conselho teve a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) e do ministro Alexandre Silveira.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, com a nova mistura de 30% de etanol na gasolina, o Brasil voltará a ser autossuficiente em gasolina após 15 anos. Estima-se que o preço do combustível pode cair até 20 centavos nos postos. A expectativa do governo federal é investimentos na ordem de mais de R\$ 10 bilhões e geração de 50 mil postos de trabalho com a mudança.

"A implementação do E30

[etanol] e do B15 (biodiesel) reduz a dependência brasileira em combustíveis fósseis, diminuindo a necessidade de importações, principalmente, em um momento de incertezas no mercado global. As medidas também ampliam o uso de combustíveis renováveis produzidos no Brasil, fortalecendo a produção nacional e contribuindo, ainda, para a redução de emissões e o desenvolvimento econômico do país", diz nota divulgada pelo ministério.

Testes feitos pelo Instituto Mauá de Tecnologia apontam que o E30 é seguro e pode ser adotado imediatamente sem causar danos aos veículos e consumidores.

A Frente Parlamentar do Biodiesel (FPBio) celebrou a medida, argumentando que preserva o Brasil diante dos choques do cenário externo, regula preços de alimentos e possibilitará investimentos de R\$ 200 bilhões no setor.

IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A indústria brasileira criou 910,9 mil vagas de emprego no acumulado de 2019 a 2023. Esse dado representa crescimento de 12% no número de postos de trabalho e fez o setor alcançar o total de 8,5 milhões de pessoas ocupadas em 376,7 mil empresas.

A constatação faz parte da Pesquisa Industrial Anual, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os novos dados apontam curva de quatro anos seguidos com aumento de trabalhadores e o maior número de empregados desde 2015, quando a indústria ocupava 8,1 milhões de pessoas. No entanto, o nível de emprego no setor em 2023 apresentou recuo de 3,1% ante 2014, isto é, menos 272,8 mil pessoas ocupadas em dez anos.

As informações consolidadas de 2023 foram passadas pelas companhias no ano seguinte, de forma que os pesquisadores concluíram o estudo apenas em 2025.

ALIMENTOS

Ao classificar as empresas por atividade, a pesquisa mostra que a fabricação de produtos alimentícios se destaca duplamente: além de ser o ramo que mais contrata, é o que teve maior crescimento no número de trabalhadores.

De 2019 para 2023, o número de ocupados na indústria alimentícia aumentou em 373,8 mil, fazendo a atividade somar 2 milhões de trabalhadores.

Esse patamar faz com que os fabricantes de alimentos empregassem 23,6% da mão de obra da indústria brasileira. Isso significa praticamente uma em cada quatro pessoas ocupadas.

O analista da pesquisa, Marcelo Miranda, explica que ao buscar os dados, o IBGE não questiona as empresas sobre motivos que levam a determinados comportamentos, como o

aumento de produção. Mas ele acredita que o destaque do setor de alimentos pode ser justificado por questões internas e externas.

"O setor de alimentos é de grande força. O quarto maior produto é a carne bovina", afirma ele, lembrando que pode ter havido "melhora na expectativa de consumo, na demanda do mundo pelos produtos brasileiros e a demanda interna".

De todas as 29 atividades econômicas apuradas pelo IBGE, apenas duas apresentaram recuo no número de empregados de 2019 a 2023:

- Fabricação de coque (combustível derivado do carvão), de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis: menos 106,2 mil
- Impressão e reprodução de gravações: menos 3 mil pessoas

EMPREGOS POR SETOR

Os pesquisadores identificaram que as empresas industriais apresentavam média de 23 trabalhadores.

No entanto, havia grande diferença entre empresas da indústria extrativista, como a exploração de petróleo e mineração. Por exemplo, na fabricação de coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis, a média era de 436 pessoas por empresa. Na extração de minerais metálicos, 262 postos de trabalho.

REMUNERAÇÃO

O levantamento aponta que a remuneração média mensal na indústria ficou em 3,1 salários mínimos. Esse patamar é o mesmo de 2019 e de 2022, mas fica abaixo de 2014 (3,5 salários mínimos). No início da série histórica da pesquisa, em 2007, a remuneração média era de 3,7 salários mínimos.

O IBGE explica que os valores de remuneração não são deflacionados, isto é, não é levada em conta a inflação do período, por isso a comparação é feita em relação ao salário mínimo do ano de cada pesquisa.

Mesmo assim, a publicação

adverte que a interpretação desses resultados deve ser realizada com cautela, pois os valores podem refletir as mudanças de reajuste do salário mínimo no país.

Quando o assunto é remuneração média, a indústria extrativa se destaca positivamente.

RECEITAS E PIB

As indústrias brasileiras apresentaram R\$ 6,45 trilhões de receita líquida de venda em 2023. Desse acumulado, 67,9% vão para as companhias com 500 ou mais empregados.

Levando para o cálculo informações sobre valor de estoque e custos, como transporte e maquinário, o IBGE estima que a indústria tenha valor de transformação industrial de R\$ 2,4 bilhões. Esse montante pode ser entendido como a contribuição das empresas industriais para o conjunto da economia brasileira, o Produto Interno Bruto (PIB).

Ao classificar os dados por ramos de atuação, novamente o IBGE aponta destaque para a indústria de alimentos, líder em participação na contribuição para o PIB, enquanto a fabricação de veículos perde espaço no intervalo de dez anos.

- Fabricação de produtos alimentícios: 16,8% de participação
 - Extração de petróleo e gás natural: 11,5%
 - Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis: 11,2%
 - Fabricação de produtos químicos: 6,7%
 - Veículos automotores, rebocues e carrocerias: 5,7%
- Ao comparar dados de dez anos, o IBGE ressalta que a produção de petróleo praticamente dobrou a participação (6% para 11,5%), passando da quinta para segunda posição no ranking.

Em sentido contrário, a fabricação de veículos recuou de 7,5% para 5,7% de participação, deixando de ocupar o terceiro lugar.

Em 2023, nas 27 unidades da Federação, 18 tinham a fabrica-

ção de alimentos como principal indústria em termos de contribuição para o PIB.

LOCOMOTIVA

O estudo mostra que a Região Sudeste representava 60,9% do valor de transformação industrial em 2023, seguida pelo Sul (18,7%), Nordeste (8,2%), Norte (6,2%) e Centro-Oeste (6,1%).

Os números reforçam que São Paulo puxa o parque fabril nacional. De cada R\$ 3 que as fábricas brasileiras adicionam ao PIB, aproximadamente R\$ 1 é originado em São Paulo.

O panorama de 2023 é parecido com o de 2014, contando apenas com inversão entre Rio de Janeiro (era 11%) e Minas Gerais (era 11,3%).

De acordo com o analista Marcelo Miranda, a troca entre os dois estados não é uma novidade. "É uma variação, os dois ficam trocando de posição com alguma frequência", diz.

Em dez anos, cada um desses dois estados ficou na segunda posição em cinco ocasiões, sempre atrás de São Paulo.

DADOS DE 2025

No acumulado dos últimos 12 meses, conforme dados do IBGE em junho, o setor industrial avançou 2,4%, com taxas positivas em doze dos 18 locais analisados, com destaque para o Pará (9%), Santa Catarina (7,4%) e Paraná (5,6%).

Dos seis locais em queda, os resultados mais expressivos foram observados no Rio Grande do Norte (-6,6%) e no Espírito Santo (-5,2%).

Em maio, o governo federal anunciou R\$ 10 bilhões para empresas na Região Nordeste interessadas em obter financiamento público. Os recursos estão disponíveis para cooperativas, empresas brasileiras e estrangeiras com projetos em andamento ou que planejem novos investimentos na região, com orçamento superior a R\$ 10 milhões. Os interessados devem apresentar planos de negócio até 15 de setembro deste ano.

LEILÃO

PPSA espera arrecadação potencial de R\$ 25 bilhões

DENISE LUNA/AE

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) informou que o 5º Leilão de Petróleo da União, que será realizado hoje, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) tem potencial de arrecadar R\$ 25 bilhões para os cofres públicos. No maior leilão já realizado pela estatal, serão ofertados 74,5 milhões de barris de petróleo da fatia da União nos campos de Mero, Búzios, Sépia e Itapu.

Dez empresas foram habilitadas para o certame e poderão participar, em grupo ou individualmente. Entre as habilitadas, oito empresas já atuam no regime de partilha do pré-sal, com exceção da Prio e da Refinaria de Mataripe. Equinor e a ExxonMobil manifestaram pela primeira vez interesse na disputa, informou a PPSA.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

Congresso

Câmara e Senado derrubam decreto de Lula sobre IOF

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Câmara dos Deputados derrubou, na ontem, um decreto editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no mês passado, que tratava de regras do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O objetivo era arrecadar recursos para cumprir a meta fiscal de 2025. Foram 383 votos favoráveis e 98 contrários.

A derrubada do decreto representa uma derrota para o governo federal e a medida agora segue para o Senado Federal, onde também deve ser confirmada.

A decisão de pautar a derrubada do decreto do IOF foi anunciada mais cedo pelo presidente da

Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em postagem as redes sociais. Segundo ele, a maioria da Câmara não concorda com elevação de alíquotas do IOF como saída para cumprir o arcabouço fiscal e tem cobrado o corte de despesas primárias.

Já o governo alega que a medida é necessária para evitar mais cortes em políticas sociais e maiores contingenciamentos que podem afetar o funcionamento da máquina pública. Além disso, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as regras do decreto corrigiam injustiças tributárias de setores que não pagam imposto sobre a renda.

Entre as medidas propostas no

decreto, estão o aumento na taxa-ção das apostas eletrônicas, as chamadas bets, de 12% para 18%; das fintechs, de 9% para 15% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), igualando-se aos bancos tradicionais; a taxação das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), títulos que atualmente são isentos de Imposto de Renda. O decreto faz parte de medidas elaboradas pelo Ministério da Fazenda, juntamente com uma Medida Provisória (MP) para reforçar as receitas do governo e atender às metas do arcabouço fiscal. Apenas o PT e a Federação PSOL-Rede votaram contra a derrubada do decreto.

Cerca de duas horas após ter sido derrubado em votação na Câmara dos Deputados, o decreto do governo federal que aumentava alíquotas do IOF também foi rejeitado em votação simbólica no plenário do Senado Federal, que aprovou um projeto de decreto legislativo (PDL) revogatório da medida até então em vigor. As duas votações representam uma derrota política para o governo, que agora precisará definir outras formas de arrecadar ou economizar R\$ 20,5 bilhões para cumprir a meta fiscal do orçamento de 2025. Isso porque o governo já bloqueou ou contingenciou outros R\$ 31,3 bilhões em despesas deste ano.

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

Tudo em Dia Caixa é o nome da campanha que a Caixa Econômica Federal lançou para ajudar os clientes (pessoas físicas e empresas) a quitarem suas dívidas comerciais, com até 90% de desconto.

O banco público estima que cerca de 5,8 milhões de clientes, sendo 5,3 milhões de pessoas físicas e 476 mil pessoas jurídicas, podem regularizar seus débitos, abrangendo um total de 8,5 milhões de contratos.

Mais de 85% dos clientes deste público alvo da campanha podem liquidar suas dívidas pagando até R\$ 2 mil, calcula a instituição financeira. Não há limite de dívida.

Após o pagamento do boleto, o contrato é confirmado. Com isso, o nome do cliente será retirado dos cadastros de restrição de crédito (como SPC/Serasa) em até cinco dias úteis e a pessoa volta a ter acesso a crédito.

ONDE NEGOCIAR

As negociações dos débitos em atraso podem ser podem ser realizadas presencialmente por canais digitais e remotos do banco. São eles:

- em qualquer agência bancária da Caixa Econômica Federal;
- em casas lotéricas, é possível ter acesso às condições especiais para quitação de valores até R\$ 5 mil reais, informando o Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- no site da campanha
- Tudo em Dia Caixa;
- pelo aplicativo
- Cartões Caixa;
- pelo WhatsApp 0800 104 0104, disponível de segunda a sexta, exceto feriados (das 8 horas às 18 horas);
- pelo telefone Alô Caixa: 4004 0104 (para ligações

feitas a partir de uma das 27 capitais) e 0800 104 0 104 (demais localidades), entre 8 horas e 20 horas.

Durante o período da campanha, o caminhão Tudo em Dia Caixa estará presente em várias cidades prestando atendimento em locais de fácil acesso. A rota atualizada com as cidades que receberão o caminhão pode ser consultada no site da Caixa.

OUTRAS DÍVIDAS

As dívidas em atraso fora da campanha de descontos e aquelas de contratos habitacionais também podem ter condições de especiais para negociação, esclareceu o banco.

Para estes casos, a Caixa também disponibiliza:

- renegociação de dívidas em até 120 meses (10 anos);
- parcelamento das faturas e de cartões de crédito pelo aplicativo cartões Caixa;
- Já os titulares de contratos habitacionais em atraso podem:
- usar seu saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagar até 80% da prestação mensal do financiamento habitacional, compreendendo até seis prestações em atraso;
- incorporar encargos ao saldo da dívida, de acordo com o enquadramento do contrato nas condições negociais disponibilizadas pela Caixa;
- pausa no pagamento das prestações, de acordo com o perfil do contrato.

São exemplos de contratos habitacionais: financiamentos para compra de imóveis novos ou usados; aquisição de terreno e construção; reforma ou ampliação de imóvel.

As negociações podem ser feitas por meio do aplicativo Habitação Caixa.

Agência

Fitch mantém nota da dívida brasileira e não prevê mudanças

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A agência de classificação de risco Fitch manteve a nota da dívida pública brasileira dois níveis abaixo do grau de investimento. A agência reafirmou a perspectiva estável da classificação, indicando que não pretende mudar a nota nos próximos meses.

O grau de investimento representa a garantia de que um país não corre o risco de dar calote na dívida pública.

Em comunicado, a agência citou quatro fatores para a ma-

nutenção da nota: alto e crescente nível de dívida pública, rigidez orçamentária, baixas pontuações de governança e crescimento potencial relativamente baixo da economia brasileira.

A Fitch também citou as eleições presidenciais de 2026 como fator que pode adiar a resolução dos problemas fiscais para 2027. A agência mencionou ainda as recentes dificuldades na relação do governo com o Congresso.

O Ministério da Fazenda não se manifestou sobre a manuten-

ção da nota da dívida brasileira.

HISTÓRICO

Em julho de 2023, a Fitch elevou a nota da dívida brasileira para dois níveis abaixo do nível do grau de investimento. A agência considera estável a perspectiva para a nota brasileira, sem a intenção de mudar a classificação nos próximos meses.

Em relação às outras agências de classificação de risco, em dezembro de 2023, a S&P elevou a nota da dívida brasileira de três níveis para dois níveis abai-

xo do grau de investimento. A nota do país foi mantida no início deste mês . Em 2018, a classificação estava três níveis abaixo do grau de investimento.

No fim de maio, a agência de classificação de risco Moody's reduziu a perspectiva da nota da dívida soberana brasileira de positiva para estável. Como a nota de crédito do Brasil está um nível abaixo do grau de investimento, a decisão eliminou a possibilidade de o país obter o selo de bom pagador até o fim do governo.

Apostas Online

Febraban vê risco no uso de bets para lavagem de dinheiro do crime

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney, manifestou preocupação com o uso das apostas esportivas online, as chamadas *bets*, para a lavagem de dinheiro. Segundo ele, poder público e sociedade precisam atuar de forma conjunta para evitar que esse tipo de jogo seja usado como ferramentas de

operação financeira para atividades ilícitas.

“Os jogos on-line de apostas são um canal de risco para lavagem de dinheiro. Estado e o setor privado precisam agir com firmeza para não permitir que o crime organizado os use para ampliar seus tentáculos e suas operações financeiras”, disse o presidente da Febraban nesta quarta-feira (25), durante seminário sobre lavagem de di-

nheiro e enfrentamento ao crime organizado no Brasil, em Brasília.

O evento foi promovido pelo Instituto Esfera Brasil e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Isaac Sidney lembrou que a atividade é fruto de uma decisão legislativa.

“Há muito a ser feito sob o ponto de vista regulatório e de fiscalização. O poder público precisa separar joio do trigo e

cuidar da saúde mental das pessoas”, acrescentou ao lembrar que, além do risco de serem usadas para lavar dinheiro advindo do crime, as bets representam risco para pessoas viciadas em jogos.

“Vemos um bombardeio de publicidade, enquanto empresas se movimentam nas sombras, até para ganhar em cima de pessoas com vulnerabilidade”, completou.

Ministério

Agricultura: 16 países retomam importação de frango brasileiro

ISADORA DUARTE/AE

O Ministério da Agricultura corrigiu a informação divulgada terça-feira passada de que o Japão teria retirado todos os embargos em relação à carne de frango brasileira. Na verdade, conforme esclarecimento do ministério, o Japão mantém a restrição às importações de frango proveniente dos municípios de Montenegro (RS), Campinópolis (MT) e Santo Antônio da Barra (GO). Das demais origens, a compra está liberada.

Com isso, após a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) reconhecer o encerramento do caso de gripe aviária de alta patogenicidade (H5N1) registrado em uma granja comercial em Montenegro, no Rio Grande do Sul, 16 países importadores retomaram a compra do frango brasileiro, informou o ministério em nota. Segundo a pasta, Argélia, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Egito, El Salvador, Iraque, Lesoto,

Líbia, Marrocos, Mianmar, Montenegro, Paraguai, República Dominicana, Sri Lanka, Vanuatu e Vietnã comunicaram ao governo brasileiro o fim das restrições ao frango nacional.

Ao todo, as exportações de carne de frango de todo o território brasileiro seguem suspensas para 15 destinos. Estão pausados temporariamente os embarques de produtos avícolas brasileiros para Albânia, Argentina, Canadá, Chile, China, Filipinas, Índia, Macedônia do Norte, Malásia, Mauritânia, Paquistão, Peru, Timor-Leste, União Europeia e Uruguai.

A lista de mercados para os quais ainda estão suspensas as exportações do frango brasileiro inclui as nações que suspenderam as importações de produtos avícolas do Brasil e para os quais o Brasil interrompeu a certificação das exportações conforme prevê o acordo sanitário estabelecido com cada país. As suspensões temporárias e cautelares de compras de

frango brasileiro de todo o território brasileiro, do Estado do Rio Grande do Sul, do município de Montenegro ou do raio de 10 km de onde o foco foi detectado estão previstas no protocolo sanitário acordado com o Brasil e os países importadores.

Há ainda 15 mercados para os quais estão impedidas as exportações de frango proveniente do Rio Grande do Sul. É o caso da Arábia Saudita, Coreia do Sul, México, Kuwait, Reino Unido, Omã, África do Sul, União EuroAsiática (Rússia, Belarus, Armênia, Quirguistão, Casaquistão), Angola, Turquia, Bahrein, Cuba, Namíbia, Tadjiquistão e Ucrânia. Bósnia e Herzegovina e Montenegro retiraram a suspensão sobre o frango gaúcho. Emirados Árabes Unidos, Catar e Jordânia suspenderam as compras de carne de frango e derivados do município de Montenegro (RS), onde o foco da doença foi detectado, conforme prevê o protocolo acordado pelos países

com o Brasil. Outros sete mercados limitaram a suspensão dos embarques para um raio de 10 quilômetros do foco de influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP): Hong Kong, Maurício, Nova Caledônia, São Cristóvão e Nevis, Singapura, Suriname e Uzbequistão.

A expectativa do governo é de que após o encerramento do foco da doença em plantel comercial, mais países importadores flexibilizem as restrições ao frango nacional. O Ministério da Agricultura comunicou cada país importador sobre a retomada do status de livre de gripe aviária em plantel comercial, mas o reconhecimento e autorização da retomada dos embarques depende da autoridade sanitária de cada país. "O ministério permanece em articulação com as autoridades sanitárias dos países importadores, prestando, de forma ágil e transparente, todas as informações técnicas necessárias sobre o caso.

Pré-sal

Câmara aprova MP do Fundo Social

PEPITA ORTEGA, VICTOR OHANA E NAOMI MATSUI/AE

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, a Medida Provisória do Fundo Social, turbinada com a permissão para que o governo leiloe petróleo e gás excedentes do pré-sal com um potencial de arrecadação de até R\$ 20 bilhões. O relatório do deputado José Priante (MDB-PA), que foi aprovado em Comissão Especial nesta terça-feira, 24, foi chancelado no Plenário da Casa em votação simbólica. O texto agora vai ao Senado. A MP precisa ser votada até 3 de julho para não caducar.

A Medida Provisória do Fundo Social possibilita que os recursos do mesmo, abastecido com recursos dos royalties do petróleo, sejam usados para o enfrentamento de mudanças climáticas e calamidades públicas, assim como para o investimento em infraestrutura social e habitação de interesse social.

O Fundo foi criado em 2010

com o objetivo de transformar a receita da exploração de óleo e gás em recursos para o desenvolvimento social e regional. Antes, o dinheiro só podia ser aplicado em áreas como educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e adaptação às mudanças climáticas.

O relator também incluiu um trecho para permitir que recursos do Fundo Social sejam considerados como uma das fontes do programa Minha Casa, Minha Vida, além de alterar o percentual destinado para educação e saúde de 50% para 55%. Os 5% adicionais terão de ser divididos por medida provisória e valerão por cinco anos.

O texto estabelece ainda uma aplicação mínima regional, em 2025 e em 2026, dos recursos do Fundo Social para projetos de desenvolvimento de infraestrutura social e de habitação de interesse social: 30% no Nordeste, 15% no Norte e 10% no Centro Oeste. O governo estima que as alterações não causarão impacto fiscal.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.029/2025

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.029/2025 no dia 10/07/2025 às 09h00min. - Objeto: Contratação de serviços contínuos de guarda externa (arquivamento e desarquivamento de documentos), gerenciamento, conservação e transporte para coleta, entrega e devolução de caixas de documentos administrativos e assistenciais, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Processo nº. 33409.004724/2024-74. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

OPERAÇÃO AGUSTA

PF e Gaeco prendem policiais de SP por suspeita de corrupção

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

Três pessoas foram presas ontem, na Operação Agusta, da Polícia Federal e do Ministério Público de São Paulo, que mira um esquema de corrupção e vazamento de informações sigilosas envolvendo agentes públicos.

Os presos são os investigadores de Polícia Civil Sérgio Ricardo Ribeiro e Marcelo Marques de Souza, o Bombom, e o empresário Roberval de Andrade, que também é piloto de Fórmula Truck. O Estado busca contato com as defesas.

Marcelo Bombom já havia sido preso em outra investigação, por suspeita de corrupção e envolvimento com o Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele foi citado na colaboração premiada de Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, o primeiro delator do PCC, executado a tiros no aeroporto de Guarulhos no ano passado.

Nas redes sociais, onde tem 39 mil seguidores, Roberval de Andrade exige a rotina de treinos e campeonatos ao redor do Brasil.

A PF e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público de São Paulo, também fazem buscas

em endereços ligados aos investigados. Os mandados foram expedidos pelo Poder Judiciário paulista.

Segundo a Polícia Federal, há indícios de favorecimento ilegal dos investigados em inquéritos criminais, mediante o pagamento de propinas. A Operação Agusta é um desdobramento da Tacitus, deflagrada em dezembro de 2024, que desbaratou um esquema de corrupção na Polícia Civil.

Entre os crimes apurados estão o arquivamento irregular de procedimentos policiais, o repasse clandestino de informações protegidas por sigilo e a intermediação ilícita e apresentação de documentos falsos para a restituição de bens apreendidos.

Um dos episódios investigados envolve a tentativa de restituição de um helicóptero - fato que deu origem ao nome da operação. A aeronave, avaliada em alto valor, foi bloqueada pela Justiça junto a outros bens e recursos que podem somar R\$ 12 milhões.

Os investigados poderão responder por crimes como corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional, quebra de sigilo bancário e advocacia administrativa.

A Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo colabora com o inquérito.

FALSO INGLÊS

TJSP altera nomeação de juiz 'inglês' para o nome verdadeiro

RAYSSA MOTTA/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) alterou o nome do juiz Edward Albert Lancelot Dodd Canterbury Caterham Wickfield no título de nomeação. Passará a constar no documento o nome verdadeiro do magistrado, José Eduardo Franco dos Reis. A decisão administrativa foi publicada ontem, no Diário Oficial de Justiça.

O título de nomeação é o documento oficial que formaliza a convocação de um candidato aprovado em concurso público para ocupar um cargo no tribunal.

O magistrado se apresentava como descendente da nobreza britânica e viveu 45 anos sob a identidade falsa. Com ela, exerceu a magistratura por 22 anos. Fontes envolvidas no caso avaliam que não há margem para cassar suas decisões, já que, independente da identidade usada, ele efetivamente prestou concurso.

O juiz responde a um processo criminal por uso de documento falso e falsidade ideológica. O Tribunal de São Paulo também instaurou uma apuração disciplinar. A ação penal está suspensa até a conclusão da avaliação psiquiátrica do magistrado, a pedido da defesa. Por meio desse procedimento, peritos analisam a saúde mental do réu. Com isso, ele pode ser declarado imputável.

José Eduardo alega ter diagnóstico de Transtorno de Personalidade Esquizoide (TPE). O TPE compõe o agrupamento dos chamados transtornos excêntricos. É caracterizado por

distanciamento e desinteresse generalizado por relacionamentos interpessoais.

A defesa tentou um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) - instrumento jurídico em que o réu confessa o crime e se compromete a cumprir uma série de cláusulas, como o pagamento de multa e a prestação de serviços comunitários, para não responder ao processo criminal. O Ministério Público de São Paulo rejeitou O órgão chamou o transtorno de "seletivo" e argumentou que o juiz "manteve meticulosamente o domínio sobre as duas identidades, com documentação renovada de ambas".

DUPLA IDENTIDADE

Edward Wickfield é na verdade José Eduardo Franco dos Reis, um cidadão de Águas da Prata, no interior de São Paulo, filho de José dos Reis e Vitalina Franco dos Reis.

A persona teria sido assumida pelo magistrado pouco antes da graduação. Ele se formou na prestigiosa Faculdade de Direito da USP, no Largo do São Francisco. Depois disso, prestou concurso e atuou décadas como juiz sob a identidade falsa.

A fraude foi descoberta em outubro de 2024, quando ele esteve no Poupatempo da Sé para pedir a segunda vida da carteira de identidade. Foram encontrados dois registros diferentes associados às mesmas digitais. A divergência só foi percebida porque os registros do Instituto de Identificação Ricardo Gumbelton Daunt (IIRGD) haviam sido digitalizados.

TCE

Contas de Tarcísio de 2024 são aprovadas com ressalvas

FELLIPE GUALBERTOAE

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) aprovou com ressalvas as contas de 2024 do governador de Tarcísio de Freitas (Republicanos) nesta quarta-feira. O órgão levantou ressalvas sobre os tópicos previdência, renúncia de receitas e inconsistências na contabilidade.

O conselheiro Dimas Ramalho, relator do processo, em seu parecer prévio, ressaltou que houve um superavit financeiro de R\$ 21,2 bilhões no Estado, revertendo o déficit de 2023. No entanto, ele ainda chamou atenção para falhas na

renúncia de receitas. De acordo com ele, "não é possível atestar a real vantagens dessa política fiscal".

"Os privilégios fiscais são concedidos, muitas vezes, sem análise e coerência com o planejamento orçamentário", ele explica. O conselheiro ainda destaca que "não há processo objetivo de monitoramento e observação da concessão de benefícios".

"A fiscalização revelou que, ao final de 2024, os benefícios fiscais vigentes alcançavam a cifra de R\$ 61 bilhões, em favor de 432.866 contribuintes. Os números são expressivos e acen-tuam a falta de racionalidade estrutural das renúncias efetiva-

das pelo Estado", resume.

Sobre a Previdência social dos servidores, a procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Letícia Feres, elencou que "é notório que as receitas previdenciárias não tem sido capazes de custear as receitas pertinentes, revelando a insustentabilidade do atual modelo de gestão do regime de previdência social paulista".

De acordo com ela, em 2024, as despesas com a previdência fecharam em R\$ 36,438 milhões negativos, uma elevação de 7,67% no déficit quando comparado com 2023.

Por fim, sobre as inconsistências contábeis, o relator Rama-

lho criticou o "atraso na adoção das técnicas e normas contábeis vigentes, pois as impropriedades relatadas nos registros em relação ao 'caixa', aos créditos a receber de curto prazo, à dívida ativa, aos investimentos, ao imobilizado, às obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais distorceram os resultados, sem dar pleno atendimento ao princípio da transparência".

O parecer emitido pelos conselheiros, que de forma unânime votaram para aprovar com ressalvas as contas, deve ser enviado para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e ser analisado pelos deputados paulistas.

MORADIAS

Lula lança ação habitacional na Favela do Moinho sem Tarcísio

ZECA FERREIRA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participará hoje, do lançamento de uma ação habitacional voltada para as quase 900 famílias que vivem na Favela do Moinho, na região central de São Paulo. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o governo federal e a gestão estadual.

Apesar disso, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), não estará presente no evento. Segundo o Palácio dos Bandeirantes, ele vai entregar 120 apartamentos em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Depois, seguirá para Lagoinha, no Vale do Paraíba, onde entrega obras de revitalização.

Tanto o presidente como o governador paulista são cotados como candidatos à Presidência no ano que vem. Aos 79 anos, Lula tem dito que sua candidatura à reeleição dependerá de seu estado de saúde. Já Tarcísio

afirma que só entrará na disputa pelo Palácio do Planalto se for indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Nesta semana, os dois apostam em projetos de habitação social. Na terça-feira, 24, Tarcísio entregou moradias do programa Casa Paulista em São José do Rio Preto. "Olha o que está acontecendo na Favela do Moinho. Falar é fácil. Só que a gente trabalha. E é por isso que estamos fazendo o que nunca foi feito", disse na ocasião.

Dentro do PT, a disputa eleitoral em São Paulo é vista como uma prioridade. Com a popularidade do governo Lula em queda, manter a vantagem que o petista obteve na capital paulista nas eleições de 2026 é considerada crucial para garantir a reeleição.

EVENTO

A cerimônia estava prevista para ocorrer no Armazém do Campo, do Movimento dos Tra-

balhadores Rurais Sem Terra (MST), no centro da cidade. Porém, o Palácio do Planalto mudou o local do evento para a Favela do Moinho. O período também foi alterado, passando da manhã para a tarde.

O Planalto diz que a mudança ocorreu devido à dinâmica de agenda da Presidência. Nos bastidores, porém, a escolha do armazém do MST para sediar o evento foi levantada como uma das razões para a ausência de Tarcísio, uma vez que ele poderia se desgastar com o bolsonarismo ao frequentar o espaço ao lado de Lula. Mesmo com a mudança, o governador decidiu não ir ao evento de Lula.

O evento na Favela do Moinho será a segunda agenda de Lula em São Paulo em pouco mais de um mês. No fim de maio, o presidente esteve na cidade para o lançamento dos cursos de Medicina e Biomedicina da Faculdade de Ciências da Saúde Sírio-Libanês.

FAVELA DO MOINHO

Na quarta-feira passada, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, visitou a Favela do Moinho para conversar com os moradores da região sobre a ação habitacional e também para tratar da ida de Lula ao local, no dia seguinte. Macêdo é o responsável pela articulação do Planalto com os movimentos sociais.

O acordo fechado entre as gestões Lula e Tarcísio prevê que cada família receberá até R\$ 250 mil para comprar uma casa. O governo federal entrará com R\$ 180 mil e o governo estadual com R\$ 70 mil. Terão direito ao benefício famílias com renda mensal de até R\$ 4,7 mil.

Além de Macêdo, devem participar do evento desta quinta o ministro das Cidades, Jader Filho, e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

CARRO OFICIAL

'Compras no Brás' e 'buscar a sogra': STJ mantém condenação de vereador

O ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça, manteve a condenação do vereador David Bueno (Solidariedade), presidente da Câmara de Itatiba, interior de São Paulo, por ato de improbidade administrativa em razão do uso da frota de veículos oficiais 'para finalidades alheias ao interesse público'.

Segundo ação do Ministério Público estadual, entre 2009 e 2011 - quando exercia seu primeiro mandato e se tornou o presidente mais jovem do Legislativo do município com 120 mil habitantes localizado a 85 quilômetros da capital, região de Campinas -, David Bueno teria autorizado o uso em larga escala de veículos oficiais para atividades particulares de terceiros e de si próprio.

O documento 'relatórios de viagens' da direção da Câmara indica que a frota foi usada para 'ida à farmácia', 'realização de exame de DNA', 'transporte de pacientes para hospitais', 'levar cidadão para obter passaporte', 'buscar visto relacionado ao vereador D.B.', 'emissão de passaporte para a genitora do vereador', 'emissão de passaporte para a esposa do vereador'.

Ainda: 'buscar cadeira para filha da funcionária Â', 'levar filha da funcionária Â para dentista', 'visita de familiar a preso', 'levar cidadão para fazer exame

psicotécnico', 'obter informações na central de intercâmbios', 'levar familiar de preso para visita na penitenciária', 'levar cidadão para entrevista', 'buscar interna com familiares para passar as festividades em Itatiba', 'ida a prédio comercial', 'buscar documento na clínica', 'levar senhora ao terminal rodoviário', 'ida ao Poupatempo para renovação de documento do funcionário W', 'fazer compras na região do Brás', 'buscar sogra do vereador', 'realização de matrícula de aluno', 'buscar familiares (L.C.S.) na rodoviária', 'realizar teste ergométrico'.

Os relatórios indicam também diversas viagens a universidades, Poupatempo, INSS, clínicas médicas, shopping center, churrascaria e bancos, 'entre outros, cujas finalidades sequer são indicadas, tampouco os passageiros'.

Em sua decisão, o ministro Bellizze negou provimento a um agravo em recurso especial impetrado pela defesa do presidente da Câmara de Itatiba e derrubou efeito suspensivo da condenação imposta ao vereador em âmbito de ação civil pública por improbidade.

Na ação, a Promotoria sustentou que David Bueno utilizou diversas vezes carros oficiais para serviços particulares em seu favor e de sua família e também para levar eleitores de sua base

para resolver questões pessoais, com suposto intuito de se beneficiar politicamente.

O vereador foi condenado em primeira instância e também em segunda, no Tribunal de Justiça de São Paulo. Ele recorreu ao STJ e conseguiu uma decisão de efeito suspensivo da sanção imposta com base na Lei de Improbidade. Com o julgamento do agravo em recurso especial caiu o efeito suspensivo, ou seja, ele poderá ter de indenizar os cofres públicos e arcar com multas. Também pode perder o direito de exercer cargo público e ficar proibido de contratar por 10 anos com o poder público ou receber benefícios fiscais do governo.

Em seu voto, Bellizze transcreveu trechos do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo. "É absolutamente reprovável que o réu, exercendo o mandato de vereador, se valha de veículos oficiais para buscar tratamento médico pessoal e para facilitar o acesso de sua genitora e de sua esposa aos serviços de emissão de passaporte e de visto para um país estrangeiro."

Em outro trecho, diz o acórdão. "Quando a utilização do veículo não lhe favorecia diretamente, o réu viabilizava que terceiros estranhos às funções oficiais se beneficiassem, incorrendo, assim, no artigo 10 da Lei 8.429/92 (Lei da Improbidade)."

Segundo os desembargadores do Tribunal paulista que confirmaram a condenação de David Bueno em primeira instância, 'é questionável o elemento volitivo na conduta do réu que, na condição de vereador do município de Itatiba, utilizou indevidamente os veículos oficiais da Câmara Municipal, bem como anuuiu, direta e indiretamente, com sua utilização para fins estranhos às atividades parlamentares, em evidente ato ímprobo causador de prejuízo ao Erário'.

A Justiça concluiu que 'a partir da análise dos relatórios de viagem, bem como das demais provas produzidas nos autos', des-cortinou-se a 'verdadeira utilização generalizada dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Itatiba para as mais diversas finalidades particulares de interesse exclusivos dos vereadores, seus assessores e respectivos familiares, bem como para o atendimento de interesses específicos de determinados cidadãos, em evidente desvio de finalidade'.

Para a Justiça, não restaram dúvidas da 'utilização dos veículos oficiais como instrumentos de popularidade dos vereadores do município de Itatiba, mediante a realização de favores absolutamente estranhos à atividade parlamentar destes, privilegiando cidadãos que buscavam o atendimento de necessidades particulares'.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

REDES SOCIAIS

STF suspende julgamento da responsabilização das big techs

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o julgamento sobre a responsabilização civil das plataformas que operam as redes sociais pelas postagens ilegais feitas por seus usuários.

O julgamento foi suspenso para que os ministros possam discutir a tese final com os detalhes da decisão. A tese é necessária para estabelecer as regras que as plataformas deverão seguir para retirar postagens com conteúdo antidemocrático, mensagens com discurso de ódio e ofensas pessoais, entre outras.

Segundo o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, os ministros vão discutir internamente o texto final da tese. Se houver acordo, o resultado do julgamento será proclamado hoje. O ministro Nunes Marques ainda vai proferir o último voto do julgamento.

Até o momento, a Corte tem placar de 8 votos a 2 pela inconstitucionalidade do Artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei

12.965/2014), norma que estabeleceu os direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

Pelo dispositivo, "com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura", as plataformas só podem ser responsabilizadas pelas postagens de seus usuários se, após ordem judicial, não tomarem providências para retirar o conteúdo ilegal.

VOTOS

O julgamento começou no dia 4 de junho e já tomou cinco sessões seguidas. Mais cedo, na primeira parte da sessão, o ministro Edson Fachin votou contra a responsabilização direta das redes. Cármen Lúcia seguiu a maioria pela responsabilização.

Nas sessões anteriores, os ministros Flávio Dino e Alexandre de Moraes votaram a favor da responsabilidade civil das plataformas que operam as redes sociais. Para Moraes, as big techs impõem seu modelo de negócio "agressivo", sem respeitar as leis do Brasil, e não podem ser uma "terra sem lei". No entendimento de Dino, o provedor de apli-

cações de internet poderá ser responsabilizado civilmente pelos danos decorrentes de conteúdos gerados por terceiros.

Gilmar Mendes considerou que o Artigo 19 é "ultrapassado" e que a regulamentação das redes sociais não representa uma ameaça à liberdade de expressão. Cristiano Zanin votou pela inconstitucionalidade do artigo e afirmou que o dispositivo não é adequado para proteger os direitos fundamentais e impõe aos usuários o ônus de acionar o Judiciário em caso de postagens ofensivas e ilegais.

Os ministros Luiz Fux e Dias Toffoli votaram para permitir a exclusão de postagens ilegais por meio de notificações extrajudiciais, ou seja, pelos próprios atingidos, sem decisão judicial prévia.

Luís Roberto Barroso diz que a ordem judicial é necessária para a remoção somente de postagens de crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria). Nos demais casos, como publicações antidemocráticas e terrorismo, por exemplo, a notificação extrajudicial é suficiente para a remoção de conteúdo,

mas cabe às redes o dever de cuidado para avaliar as mensagens estão em desacordo com as políticas de publicação.

André Mendonça votou a favor pela manutenção das atuais regras que impedem a responsabilização direta das redes.

CASOS JULGADOS

O STF julga dois casos concretos que envolvem o Marco Civil da Internet e que chegaram à Corte por meio de recursos.

Na ação relatada pelo ministro Dias Toffoli, o tribunal julga a validade da regra que exige ordem judicial prévia para responsabilização dos provedores por atos ilícitos. O caso trata de um recurso do Facebook para derubar decisão judicial que condenou a plataforma por danos morais pela criação de perfil falso de um usuário.

No processo relatado pelo ministro Luiz Fux, o STF discute se uma empresa que hospeda um site na internet deve fiscalizar conteúdos ofensivos e retirá-los do ar sem intervenção judicial. O recurso foi protocolado pelo Google.

FRAUDE

Após barrar precatórios, corregedor ordena pente-fino em TRFs

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

O corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, determinou um pente fino em todos os Tribunais Regionais Federais (TRFs) para levantar precatórios irregularmente expedidos, antes do trânsito em julgado. A decisão - além do TRF da 1ª Região (Brasília), onde Campbell já havia mandado barrar a expedição de 35 precatórios de R\$ 3,5 bilhões por varas federais do DF - atinge os TRFs da 2.ª Região, da 3.ª, da 4.ª, da 5.ª e da 6.ª que terão 15 dias para fazer o mapeamento.

Ao decretar a ampliação do pente-fino, o corregedor foi taxativo "Diante da gravidade da situação e da iminência de pagamentos de quantias expressivas relativas a precatórios federais irregulares, determino a imediata identificação dessas expedições, com o consequente cancelamento e a adoção das medidas corretivas necessárias nos procedimentos internos de expedição de precatórios nos seis Tribunais Regionais Federais".

O corregedor mandou ainda que, caso seja constatada a emissão irregular de precatórios, a presidência ou as próprias corregedorias das cortes regionais federais deverão promover o cancelamento imediato do título, informou o Conselho Nacional de Justiça.

A decisão do corregedor foi dada no âmbito do Pedido de Providências 0003764-47.2025.2.00.0000, ajuizado pela Advocacia-Geral da União em relação a pagamentos supostamente irregulares que estariam ocorrendo no âmbito do TRF da 1.ª Região, com sede em Brasília.

No dia 4, Campbell concedeu liminar suspendendo a expedição pelo TRF-1 de 35 precatórios sem a comprovação do trânsito em julgado.

A partir dessa decisão do ministro, o TRF-1 fez uma varredura, identificou e suspendeu outros 4.525 precatórios irregulares, atingindo o montante de mais de R\$ 20,5 bilhões.

A Resolução n. 303/2019 dispõe sobre a gestão dos precatórios e os respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.

Precatórios são títulos emitidos a partir de sentença judicial para quitação de dívidas de órgãos públicos - autarquias, fundações, gestões estaduais, municipais e União. Os credores são empresas e pessoas físicas. O valor devido pelo ente público deve ser liberado quando não há mais possibilidade de

recurso contra o pagamento.

Segundo a Resolução 303/2019, uma das exigências para a expedição de precatório é a comprovação da data do trânsito em julgado da fase executiva.

De acordo com a AGU, os precatórios impugnados foram expedidos antes do trânsito em julgado de contestações apresentadas pela União quanto ao cumprimento das sentenças.

Segundo o levantamento da Advocacia-Geral, os precatórios expedidos de forma irregular atingem R\$ 3,5 bilhões.

O corregedor nacional Campbell reforçou a regulamentação do CNJ por meio da Resolução n. 303/2019, que dispõe sobre a gestão dos precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Judiciário.

Segundo a norma, uma das exigências para a expedição de precatório é a comprovação da data do trânsito em julgado da fase executiva. "Em primeira análise, essa exigência parece ter sido desrespeitada com a expedição de precatórios 'bloqueados' ou precatórios sem preclusão da fase de cumprimento de sentença", alerta Campbell.

A União pretendia também a instauração de uma correição extraordinária em cinco varas federais do DF e a edição de um provimento que discipline o tema e evite depósitos ou pagamentos de obrigações de pagar antes de encerrada definitivamente a discussão sobre os valores dos precatórios, com o trânsito em julgado.

Em seu despacho, ao qual o Estadão teve acesso, o corregedor destaca que, em complemento à decisão liminar anteriormente proferida por ele, que barrou os precatórios irregulares no âmbito do TRF-1, 'a questão ora em debate não concerne à possibilidade de expedição de precatório referente a parcela incontroversa'.

"O ponto controvertido é, de modo definitivo, diverso", pondera o ministro Campbell. "Trata-se da expedição de requisições antes da emissão da certidão de trânsito em julgado relativa à totalidade da parcela exequenda, ou da certidão que reconhece parcela incontroversa, esta última correspondente à parte do débito expressamente admitida pela Fazenda Pública."

Pesquisa mediu enfrentamento entre Lula e Michelle Bolsonaro e entre Lula e Tarcísio de Freitas em um eventual segundo turno na eleição de 2026.

ESTUDANTES

EUA definem regras para emissão de visto

ISABELA MOYA/AE

A Embaixada dos Estados Unidos no Brasil anunciou, ontem, novas diretrizes para triagem e verificação de vistos, incluindo a análise da presença online nas redes sociais de todos os solicitantes de vistos de estudante e de intercâmbio nas categorias não-imigrantes F, M e J. Para isso, todos os solicitantes desses vistos devem deixar seus perfis abertos nas redes sociais.

"Utilizamos todas as informações disponíveis durante a triagem e verificação de vistos para identificar solicitantes inadmissíveis aos EUA, especialmente aqueles que representam uma ameaça à segurança nacional", afirma a embaixada americana.

"Obter um visto para os EUA é um privilégio, não um direito", completa.

A Embaixada também informou que os consulados retoma-

rão em breve o agendamento de entrevistas para essa categoria de visto. "Os solicitantes devem consultar o site da Embaixada ou Consulado para verificar a disponibilidade de datas e horários para agendamento", afirma.

A emissão de vistos americanos para estudantes foi suspensa no final de maio, em meio à "guerra" entre Trump e Harvard, em que o presidente americano tentou impedir estudantes estrangeiros de entrarem no país para estudar na universidade que é uma das mais renomadas do mundo. A Justiça dos EUA, porém, barrou a medida.

A briga entre o governo americano e a universidade se deu por Harvard se recusar a seguir uma cartilha de regras da Casa Branca que obrigaria a instituição a, entre outros pontos, revisar suas políticas internas, incluindo a de diversidade, reduzir o poder de professores e alunos.

TRAMA GOLPISTA

Moraes manda PF ouvir advogado de Bolsonaro e Fábio Wajngarten

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal ouça os advogados Paulo Amador da Cunha Bueno, que defende o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na ação da trama golpista, e Fábio Wajngarten, que assessorou o ex-presidente, para que esclareçam se tentar entrar em contato com o tenente-coronel

Mauro Cid durante seu processo de delação. Os depoimentos devem ocorrer em até cinco dias.

Eles serão ouvidos no inquérito aberto para investigar se outro advogado, o criminalista Eduardo Kuntz, que representa o coronel Marcelo Câmara, tentou obter indevidamente dados da delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Eduardo Kuntz entregou ao

STF mensagens que afirma ter trocado com Mauro Cid por meio de um perfil no Instagram em nome de "Gabriela" (@gabrielar702). Com base nos diálogos, o advogado pediu a anulação do acordo de colaboração do tenente-coronel.

Ao se defender no STF, em uma tentativa de manter incólume sua delação, Mauro Cid alegou que sua família foi procurada não apenas por Eduardo Kuntz, mas também por Paulo

Amador da Cunha Bueno e por Fábio Wajngarten.

As tentativas de contato teriam sido por meio da esposa, da mãe e até da filha menor de idade em eventos na Hípica de São Paulo, segundo a defesa do tenente-coronel.

Ao determinar os depoimentos, Moraes afirmou que as "condutas narradas à autoridade policial indicam a prática, em tese, do delito de obstrução de investigação".

OPERAÇÃO MULTIPLUS

PF combate crimes de abuso sexual infantojuvenil em quatro estados

A Polícia Federal (PF) realizou ontem, em quatro estados, a Operação Multiplus, com a finalidade de combater a aquisição e o compartilhamento de arquivos com cenas de abuso sexual infantojuvenil.

Os agentes federais cumpriam quatro mandados de busca e apreensão em endereços ligados aos investigados nos municípios de Nova Iguaçu, no Rio, em Londrina, no Paraná, em Imperatriz, no Maranhão, e em Cuiabá, capital de Mato Grosso.

De acordo com a PF, um dos investigados, alvo do mandado judicial cumprido em Nova Iguaçu, comercializava pela internet fotos e vídeos contendo cenas de abuso sexual infantojuvenil, em conjunto com um ho-

mem que foi preso pela Polícia Federal em Vitória da Conquista, na Bahia, durante a Operação Proteção Integral II, no dia 14 de maio deste ano.

Os demais alvos da ação de ontem são consumidores do material comercializado pelos dois homens.

Durante as buscas, um dos investigados que comprava as mídias foi preso em flagrante pelo armazenamento de material contendo cenas de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A prisão ocorreu durante o cumprimento do mandado judicial em Londrina, e o homem foi encaminhado à Delegacia da PF no município. Ele responderá pela posse de arquivos contendo cenas de abuso sexual infantojuvenil.

A operação visa coibir a prática de armazenamento e compartilhar arquivos contendo cenas de abuso sexual infantojuvenil, conduta que, por si só, constitui crime, disse o delegado federal Giuliano Cucco, responsável pela investigação. "Porém, estudos e a experiência policial indicam que essas pessoas, além de armazenar tais arquivos, tendem a progredir criminosamente e, se tiverem oportunidade de abusar de uma criança ou adolescente, não hesitarão em fazê-lo. Então, é importante que a sociedade civil organizada e todas as forças de segurança movimentem esforços no sentido de afastar de vez essa prática nociva", acrescentou Cucco.

As investigações foram iniciadas após relatórios enviados à PF

pelo National Center for Missing & Exploited Children, organização privada sem fins lucrativos de proteção à criança, estabelecida pelo Congresso dos Estados Unidos em 1984.

A Operação Multiplus insere-se no contexto de compromisso firmado pelo Brasil junto à comunidade internacional por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança, tratado assinado durante a Assembleia Geral da Nações Unidas (ONU) em 1989, que visa à proteção de crianças e adolescentes ao redor do mundo.

O Brasil comprometeu-se a reunir esforços com as demais nações signatárias para proteger as crianças e adolescentes, inclusive contra todas as formas de exploração e abuso sexual.

sivamente feminina.

Pela Resolução 525 do CNJ, aprovada em 2023, os tribunais que têm menos de 40% das vagas de segundo grau ocupadas por mulheres devem alternar listas mistas e listas exclusivamente femininas para as promoções por merecimento. Segundo dados do órgão, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios tem apenas 28,9% de mulheres desembargadoras.

TJDFT

CNJ barra promoção de juiz em vaga para mulher

FELIPE PONTES/ABRASIL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu ontem a promoção a desembargador de um juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), por entender que a vaga deveria ter sido reservada a uma mulher.

A promoção por merecimento havia sido aprovada na terça-feira pelo pleno do TJFDT. Na ocasião, ♦♦♦ pelo o placar de 22 a 13, a maioria

dos integrantes do tribunal aprovou uma lista mista, sem exigência de gênero, com três nomes para a vaga, mas que listava apenas magistrados homens.

Ao final, por maioria simples, foi contemplado com a promoção o juiz substituto de 2º grau Demétrius Gomes Cavalcanti. As desembargadoras Maria Ivatonia, Nilsoni de Freitas e Sandra Reves se abstiveram de votar na lista composta somente por homens.

